

O III Congresso Regional das Beiras

(CONGRESSO DE AVEIRO)

RELATÓRIO. TESES. VOTOS

Livro organizado

POR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

Professor do Liceu Central de Aveiro
Secretário Geral do III Congresso Regional das Beiras



VILA-NOVA-DE-FAMALICÃO

Tipografia «MINERVA», de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Avenida Barão de Trovisqueira

1928

ÍNDICE

	Pág.
<i>Prólogo</i>	5
<i>Programa do III Congresso Regional das Beiras</i>	15
<i>Regulamento do III Congresso Regional das Beiras</i>	17
CAPÍTULO I	19
Sessão solene de abertura	19
CAPÍTULO II	25
Segunda sessão	25
Algumas aspirações das Beiras	28
Aspirações e necessidades da Beira	35
Importância e razão de ser do regionalismo na época actual	47
CAPÍTULO III	61
Terceira sessão	61
Educação e regionalismo	61
Apontamentos para o estudo do problema ferroviário nas Beiras	67
Algumas considerações sobre a agricultura das Beiras	81
Condições de melhoria da agricultura das Beiras	86
Aproveitamento piscícola dos rios das Beiras	95
O pôrto da Figueira da Foz	104
CAPÍTULO IV	123
Quarta sessão	123
Monumentos da Beira	124
O pôrto de Aveiro	128
O conceito histórico da palavra Beira	143
A Beira	153
A região da Bairrada, seus vinhos, e o entreposto de Gaia	168
Linhos	177
A Casa das Beiras	180
CAPÍTULO V	185
Quinta sessão	185
Votos do Congresso	187
O regimen da propriedade privada na ria de Aveiro	193
CAPÍTULO VI	203
A exposição regional das Beiras	203
A exposição da Escola Normal Primária de Coimbra	205
Algumas apreciações da imprensa sobre o III Congresso Beirão	207

O regimen da propriedade privada na ria de Aveiro

Por QUERUBIM VALE GUIMARÃES

Vem de longa data o conflito entre o Estado, como administrador do domínio público, e os particulares possuidores de terrenos confinantes com a ria, e a situação jurídica indefinida e instável em que se encontram aquelas duas categorias de interesses opostos, por falta duma providência legal que ponha termo a tais conflitos, por vezes duma acuidade perturbadora, tem-se lamentavelmente mantido apesar das reclamações apresentadas e da inteligente sugestão das autoridades marítimas competentes, que ao estudo do problema, como o actual e ilustre capitão do pôrto, sr. Rocha e Cunha, veem dedicando a sua atenção.

Urge solucionar a velha contenda, porque, se os interesses dos particulares, proprietários de terrenos permanente ou temporariamente alagados pela água salgada da ria, assim o reclama, não menos o impõe o interesse do Estado, no exercicio da sua função administrativa, e o da economia nacional, pelo volume que representa na riqueza pública o produto do labor secular a que se dedica, em intensa exploração agrícola e industrial, uma numerosa população.

Basta considerar o que se diz no relatório que precede o decreto n.º 7.880 que instituiu a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro para se vêr a importância económica de toda a região constituída pela bacia salgada da Foz do Vouga e Antuan que serve sete concelhos, pois tantos são os que dela aproveitam em toda a extensão do rico estuário, desde Ovar a Mira.

Calcula-se em 150.000 habitantes a população que se aproveita da ria e nela exerce constante actividade.

Nesse relatório, e quanto ao ano de 1920, computa-se em número não inferior a 12.500 os marítimos inscritos tripulando uns 2.500 barcos moliceiros, de transporte e de pesca fluvial e costeira.

E fixa-se nesse ano o rendimento das várias indústrias que se exploram na ria com os seguintes números:

Apanha das algas (moliço)	1.200:000\$00
Produção de sal (50.000 toneladas).	1.000:000\$00
Pesca	323:000\$00
Corte de juncos	300:000\$00

Vê-se destas cifras como o nosso magnífico estuário, com os seus 46 quilómetros de comprimento, contribui poderosamente para a riqueza pública com o produto das suas múltiplas indústrias, e concorre para as receitas do Estado com somas valiosas de tributos.

Ora a propriedade alagada na ria ou de qualquer modo submetida ao regime das marés, cuja legitimidade tem sido contestada várias vezes e em diversas épocas, dando lugar a pleitos judiciais de grande tómo, como o da demarcação do *Amoroso*, ocupa na economia regional um papel de capital importância que o Estado não pode ignorar. E se a este compete defender o domínio público de possíveis usurpações feitas pelos proprietários de terrenos confinantes com a ria, não deve considerar em absoluto o princípio jurídico em que se baseia aquêle domínio e deixar de reconhecer direitos seculares de posse e propriedade, cuja existência tem sancionado com a cobrança de contribuições de diversa ordem, prediais e de registo, devidas estas pelas sucessivas transmissões por título gratuito e oneroso efectuadas há muitos anos, e representando toda essa tributação dezenas de milhares de contos.

Na revisão das matrizes prediais a que o Estado tem mandado proceder, respeitou essa propriedade figurando tais terrenos sob a rubrica — *zona alagada*.

No projecto de Silvério Pereira da Silva para melhoramentos da barra de Aveiro, de 26 de Fevereiro de 1874, fala-se na necessidade de expropriação duma superfície de 59.500 metros quadrados em terrenos sempre alagados ou alternadamente descobertos e inundados, fixando-se o preço médio de 30 réis por metro quadrado.

Esse projecto foi aprovado pelo governo, e o respectivo *Diário* de 23 de Janeiro de 1875 anunciava a venda da *praia da Privada*.

Expropriou-se para a abertura do *Esteiro de Oudinot* parte da praia da *Chave*, o mesmo acontecendo com outras obras públicas, como a estrada da barra.

Pela extinção das ordens religiosas, donatárias em grande

parte de terrenos dessa natureza, nomeadamente o Mosteiro de Lorvão, incorporou-se essa propriedade nos bens nacionais e o Estado, como pessoa moral, manteve os direitos civis dos anteriores proprietários, reconhecendo os emprazamentos feitos, cobrando os respectivos foros, ou ordenando, de harmonia com as leis da desamortização, a venda em hasta pública de várias propriedades dessas.

Além da *Privada*, assim fez com *Lavacos*.

Ultimamente, ainda nos próprios diplomas de 1923 e 1927 que instituíram a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, e regulamentaram a sua acção, reconheceu essa propriedade, fazendo dela importante matéria colectável para a produção de receitas.

As primeiras dificuldades criadas para o reconhecimento do domínio particular nos terrenos alagados surgem com o Decreto de 17 de Outubro de 1865 e art. 380.º, n.º 2.º do Código Civil que enumeram entre as coisas públicas — as águas salgadas das costas, enseadas, baías, fozes, rias e esteiros, e o leito delas.

E reveste o problema um aspecto de maior irredutibilidade com as disposições dos decretos hidráulicos de 1 de Dezembro de 1892, mantidas no mais recente sobre águas, de 10 de Maio de 1919, que acrescentam àquela enumeração, os cais e *praças até onde alcançar o colo da máxima preamar das águas vivas*.

Os conflitos entre as autoridades marítimas e os particulares sucedem-se, então, agravados pelo interesse de terceiros — a multidão de individuos que se dedica à colheita das algas da ria — os quais, invadindo as propriedades até ali respeitadas no domínio particular, encontram nos funcionários do Estado protecção e justificado incitamento.

Aparecem conseqüentemente os primeiros pleitos nos tribunais do crime que chamados a administrar justiça, excluem os moliceiros da responsabilidade que se lhes exigia pelos danos e furtos, pelos proprietários atribuídos aquêles.

Reconhece-se a necessidade do recurso aos tribunais do cível para a definição dos direitos de cada um e fica célebre nos anais do fóro em Aveiro o processo de demarcação do *Amoroso*, onde se destacam dois primorosos trabalhos jurídicos sempre dignos de consulta para a apreciação do problema — a sentença do juiz de direito Alexandre de Sousa e Melo, que reconheceu a legitimidade da propriedade privada nos terrenos alagados da ria, e as alegações e minutas do dr. António Emílio de

Almeida Azevedo — que já anteriormente, em dois folhetos publicados, estudara a questão e magistralmente demonstrava a carência de direito do Estado.

O Supremo Tribunal de Justiça confirmou por fim a sentença da 1.^a instância, dando razão ao proprietário do Amoroso.

Esses julgados fundamentam-se na existência de direitos adquiridos pelos proprietários, numa posse secular dos terrenos alagados, que não podem ser atingidos pelas leis posteriores visto achar-se consignados no art. 8.^o do Código Civil o princípio da não retroactividade da lei.

Na verdade a existência da propriedade alagada na posse dos particulares é anterior à independência de Portugal.

No célebre testamento de *Mumadona*, datado de 959, fala-se de — terras *in aluário et salinas* —, o mesmo acontecendo com dois documentos do século XI, um dos quais se refere a *marinhas de Esgueira*.

Esta antiga vila — *cum suis terminis novis et veteribus* — foi doada em 1338 por D. Teresa, filha de D. Sancho 1.^o, ao Mosteiro de Lorvão que fez vários emprazamentos de praias e marinhas na ria de Aveiro, em cujo grupo se encontrava o citado Amoroso.

Nos livros das Chancelarias Reais, desde os primeiros reis até D. João VI, encontra-se freqüente notícia de emprazamentos e concessões a particulares, de terrenos dessa espécie, nas várias bacias hidrográficas do país e entre elas a ria de Aveiro.

Estes direitos antiquíssimos não podem, portanto, deixar de respeitar-se, e assim o reconheceu o Governo na portaria do Ministério das Obras Públicas, de 16 de Maio de 1898, provocada pela representação feita em 1897 por cerca de 500 proprietários de terrenos alagados permanente ou temporariamente.

Mas não basta o que se fez, nem que o governo recomendasse, como consta daquela portaria, às direcções das circumscrições hidráulicas do país, o respeito por esses direitos adquiridos.

Definido o princípio do reconhecimento de tais direitos, resta, para o pôr em execução, delimitar previamente os dois domínios — o público e o particular — de modo a poder exercer-se de futuro com segurança a policia da ria quanto à indústria do moliço.

Já a lei de 6 de Março de 1884 e o regulamento de 2 de

Outubro de 1886 pretenderam determinar essa linha divisória, ordenando que tal demarcação se principiasse *imediatamente*.

E o regulamento de 19 de Dezembro de 1892 fixou o prazo de 90 dias para se dar começo àquêles trabalhos, estabelecendo-se o processo para os proprietários confinantes reclamarem.

Mas até hoje nada se fez, e urge que providências se tomem.

A solução preconizada em 1917 pelo sr. Rocha e Cunha, mas ainda até hoje não aceite, duma comissão delimitadora, de carácter misto, composta de dois vogais como representantes do Estado — um oficial de marinha e um engenheiro — e de outros dois escolhidos pelos proprietários, presidida por um juiz e com recurso para o juízo de direito, é talvez a que melhor se quadra com a necessidade dum prudente arbitrio que deve presidir a esses actos para eficazmente se garantir o equilibrio dos dois interesses opostos.

O problema precisa pois de ser resolvido em globo por este meio de arbitragem, e não parcelarmente, ou pelo recurso, dispendioso e moroso, aos tribunais que podem só julgar cada caso de per si.

Acha-se há muito solucionada esta questão na França e na Itália, e aqui preciso é que se não protele indefinidamente com grave prejuízo para a economia pública e para a economia privada, para os interesses do Estado como poder público e para os interesses dos particulares como fautores da riqueza nacional.

Conclusões

A propriedade particular na ria de Aveiro é histórica e juridicamente um facto incontestável.

Essa propriedade representa economicamente um valor apreciável e importante fonte de receita fiscal para o Estado.

E' indispensável proceder em globo à delimitação do domínio público e privado na ria de Aveiro.

Depois da aprovação das conclusões desta tese, o sr. dr. José Júlio César propõe um voto de louvor à

imprensa, saudando em especial os jornalistas presentes, voto aprovado por unanimidade.

Em nome destes agradece o sr. Francisco Manuel Homem Cristo.

Em seguida o sr. dr. José Júlio César propõe que a Comissão Executiva do Congresso, até à realização do seguinte, seja constituída pelos srs. drs. Mário Ramos, José Marques Pereira Barata, Afonso de Melo Pinto Veloso, José Andrade Saraiva e tenente-coronel Francisco Esteves Pina Lopes, representantes respectivamente dos distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco, podendo esta comissão agregar a si todos os elementos que julgar convenientes, e nomear um secretário geral que centralize todo o movimento regionalista da província das Beiras.

Propõe também que seja publicado um livro que contenha os trabalhos do III Congresso Regional das Beiras, e que o secretário geral deste Congresso seja o seu organizador.

Estas duas propostas são aprovadas por unanimidade.

O sr. A. Atanásio de Carvalho propõe saudações ao sr. Homem Cristo e dr. Alberto Nogueira de Lemos.

O sr. prof. Nozes Tavares saúda e propõe um voto de louvor ao secretário geral do III Congresso Beirão, pelos esforços que empregou para o bom êxito do Congresso.

O sr. dr. Mário Ramos propõe um voto de louvor ao sr. dr. José Júlio César pela parte brilhante que teve no Congresso, e pede que o Congresso manifeste ao Governo o desejo de que da Comissão Central de Turismo faça parte um delegado da Beira.

Tôdas estas propostas são aprovadas por unanimidade.

O secretário geral do Congresso agradece as saudações e voto de louvor do Congresso.

Dá-se em seguida execução ao artigo 12.º do Regulamento.

Por proposta do sr. dr. Jaime Lopes Dias, de Castelo Branco, o Congresso resolve que o próximo congresso seja em Castelo Branco, em 1929.

A proposta é do teor seguinte:

Considerando que não pode nem deve morrer a idea em marcha e em execução da realização dos Congressos Beirões;

Considerando que Viseu, Coimbra e Aveiro deram já a sua cota parte de dedicação e esforço em prol desta causa;

Considerando que o distrito de Castelo Branco, integrado no pensamento regionalista e convencido de que a propaganda de tais ideas é de muito proveito para o ressurgimento das províncias, não deseja eximir-se a todos os sacrifícios que por esta causa seja preciso fazer;

Proponho que o 4.º Congresso Beirão se realize na cidade de Castelo Branco, em 1929.

Como representante da cidade de Castelo Branco,

(a) *Jaime Lopes Dias.*

O sr. Francisco Homem Cristo, usa em seguida da palavra, e num discurso enérgico expõe ao Congresso a situação angustiosa da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, de que é presidente, a qual, querendo desempenhar-se cabalmente da sua missão, se vê seriamente embaraçada, apesar de ter recursos próprios, cifrados num rendimento anual de 1.400 contos. Afirma, porém, que, sendo o rendimento da Junta depositado na Caixa Geral de Depósitos, à ordem dela, por uma recente disposição legal foi a verba já depositada transferida para Lisboa, por intermédio do Banco de Portugal, e à ordem do Governo, do que resulta, por exemplo, não se pagar há quatro meses os salários dos empregados e as contas dos fornecedores. Por isso a Junta pede ao Governo que não lhe dificulte a acção.

Em face destas declarações, e por proposta do sr. dr. José Júlio César, o Congresso vota por aclamação, que sejam enviados telegramas ao chefe do Estado, presidente do Ministério e ministro do Comércio, de protesto contra a atitude do Governo para com a referida Junta, e pedindo-lhes que a esta seja dado o seu dinheiro e ampla e justa autonomia; igualmente o Congresso pede ao sr. governador civil de Aveiro, ali presente, que patrocine a justa pretensão da Junta.

O sr. dr. José Júlio César, a quem é concedida a seguir, a palavra, felicita-se e felicita o Congresso e a sua comissão organizadora pela forma correcta, elevada, brilhante mesmo, como todos os assuntos foram tratados e todas as teses discutidas.

Tal facto — diz — honra Aveiro, honra as Beiras, e o próprio País. Foi uma lição de civismo digna do maior apêço. Quando ao fim de três dias de sessões, de trabalhos onde os mais variados assuntos foram ventilados se pode fazer a apreciação do Congresso por esta forma, e com inteira justiça, bem podemos retirar-nos com a grande consolação de que todos souberam cumprir o seu dever.

Falam ainda outros oradores, usando por fim da palavra o sr. governador civil de Aveiro, que num patriótico e entusiástico discurso, coberto de aplausos, faz o elogio do III Congresso Regional das Beiras, pela sua importância e pela maneira elevada como decorreu.

Depois, o sr. presidente encerra a sessão, terminando o Congresso por muitos «vivas» à Pátria, à República, a Aveiro, às Beiras, etc., entusiasticamente correspondidos.

Poucos minutos depois de encerrada a sessão, chegou o sr. vice-presidente do Centro Beirão do Rio de

Janeiro, que era portador duma mensagem que já não pôde ser lida no Congresso e que dizia:

Srs. Congressistas: — O Centro Beirão, instituição portuguesa, com sede no Brasil, fundada e mantida no Rio de Janeiro pelos filhos das duas províncias portuguesas Beira Alta e Beira Baixa, saúda calorosamente v. ex.^{as} pela operosidade de vosso esforço, consolidando, em entendimento comum, as várias questões que afectam os interesses da nossa região.

Afastados como nos encontramos da nossa querida Pátria, não somos, todavia, alheios aos problemas que envolvem os seus múltiplos interesses, mercê das saudades que a tóda a hora desperta na nossa alma o sentimento patriótico. São para v. ex.^{as} todos os nossos aplausos, porque, procurando v. ex.^{as} associar o direito ao sentimento do povo, terão dentro da região a confraternização de todos os beirões, não como uma simples aspiração, mas como uma realidade fecunda, operando os milagres estupendos do amor e da dedicação, assegurando a paz das consciências, o desenvolvimento das actividades e a riqueza moral sobre base resistente e sobre o bem-estar económico.

Do país terão o prestígio do Estado, em virtude dessa aureola de todo aquêle que pauta o seu viver pelos preceitos do justo e do honesto, e ainda porque uma região unida e forte pela bravura moral, ainda quando pequena, é uma respeitável concentração de energias em face das mais orgulhosas questões nacionais.

O Centro Beirão, enviando a êsse douto Congresso o seu vice-presidente, fá-lo portador dos mais entusiásticos aplausos à brilhante iniciativa de v. ex.^{as}, augurando-lhe os melhores resultados e as mais fecundas conclusões.

Aceitem, srs. Congressistas, os melhores votos de prosperidade pessoal que vos desejamos em nome de todos os sócios dêste Centro e dos nossos comprovincianos em geral. — Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1928. — O presidente, *Manuel Ferreira de Almeida*; o 1.º secretário, *Bernardo Pinto Silveira*; o 1.º tesoureiro, *António Rodrigues da Costa*.

